



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Diálogos de Fé: conversas sobre intolerância e liberdade religiosa nas escolas a partir do cinema negro brasileiro

Orientador: Luane Bento dos Santos

Bolsista: Helena da Conceição Silva Ferreira

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2026





SUMÁRIO

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	3
REVISÃO DA LITERATURA	6
MATERIAIS E MÉTODOS	8
RESULTADOS E DISCUSSÃO	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	17

RESUMO

O presente relatório analisa e descreve as ações desenvolvidas pelo projeto Diálogos de Fé: conversas sobre intolerância e liberdade religiosa nas escolas a partir do cinema negro brasileiro, durante os anos de 2025 e 2026 na Escola Professora Municipal Wilmar Cava Barros, localizado no Parque Joquei Clube em Campos dos Goytacazes. A atuação do projeto teve como objetivo promover ações que englobam uma educação antirracista, respeito à diversidade cultural e o direito à liberdade religiosa. A metodologia integrou levantamento bibliográfico, curadoria audiovisual, desenvolvimento de oficinas e exibição de curtas metragens produzidas e dirigidas por realizadores negros. A utilização desses materiais como dispositivo pedagógico central cooperou para abrir diálogos sobre o combate ao racismo religioso, estrutural e estético. Os aportes teóricos apoiaram-se nas reflexões de Wanderson Flor do Nascimento, Kabengele Munanga, Elisa Larkin, Celso Prudente, Kênia Freitas e Marta Ferreira Silva. Os resultados evidenciaram que a articulação entre produções audiovisuais africanas, afro-brasileiras e indígenas, rodas de conversa e oficinas são eficazes como instrumento de fortalecimento da cidadania, reafirmação de identidade e efetivação da lei 10.639/03 no ambiente escolar.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Educação Antirracista; Intolerância e Racismo Religioso; Cinema Negro.

INTRODUÇÃO

A universidade pública cumpre um papel social determinante ao articular o conhecimento científico e a extensão comunitária na construção de práticas democráticas no espaço escolar. No município de Campos dos Goytacazes, essa atuação ganha relevância diante da formação histórica local. Entre os séculos XVII e XIX, o município configurou-se como a terceira maior concentração de população escravizada do estado do Rio de Janeiro. As marcas do racismo estrutural e as profundas hierarquizações raciais perpetuaram-se no tecido urbano e institucional da região, manifestando-se frequentemente por meio de episódios de discriminação e

violência contra as religiões de matrizes africanas Flor Nascimento (2017). O pesquisador Wanderson Flor Nascimento (2017) chama atenção para os ataques violentos que membros das religiões de matrizes africanas tem passado e explica que trata-se de racismo religioso:

(...) chamaremos de racismo religioso [...], apontando para a insuficiência da categoria da intolerância religiosa para compreender o que acontece no contexto de violência aos territórios e pessoas que se vinculam aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, tendo como hipótese de que tanto o caráter de resistência desses povos como a problemática do racismo são fundamentais para compreender os atuais ataques sobre os quais nos referimos (NASCIMENTO, 2017, p. 57).

Conforme os dados divulgados pela Comissão de Combate à intolerância Religiosa no Rio/CCIR em parceria com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Polícia Civil no ano de 2019, no estado do Rio de Janeiro o município de Campos dos Goytacazes foi um dos que mais teve casos notificados de discriminação motivadas pelo preconceito religioso. Em relação às práticas de intolerância e racismo religioso no contexto escolar a pesquisa de Lana Lage Lima, Leonardo Silva, Diego Henrique Nascimento, Yann Almeida e Belmont Paula da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) aponta que a escola é um dos principais espaços públicos onde se manifesta a intolerância religiosa na cidade. De acordo com os pesquisadores:

As escolas também constituem espaço de discriminação, inclusive as públicas. Um adolescente relatou que por estar vestido de branco e portando fios de conta, devido a uma obrigação religiosa, foi agredido verbalmente, tendo que se afastar da escola enquanto durou o preceito. Quando voltou, continuou a ser agredido, ficando estigmatizado como “macumbeiro”. Foram, ainda, relatados casos de discriminação no ambiente profissional, acompanhados de frases como: “Isso é coisa de macumbeiro”; “Não vale nada, tinha que ser macumbeiro, né”. Por outro lado, cultos evangélicos são promovidos nesses locais e a recusa a frequentá-los pode resultar em demissão (LIMA; SILVA; NASCIMENTO; ALMEIDA; PAULA, 2015, p. 112).

A ocorrência de ataques a terreiros e a estigmatização de estudantes e praticantes de cultos afro-brasileiros reforçam a urgente necessidade de intervenções pedagógicas contínuas. No ambiente educacional, a manifestação do racismo religioso e da discriminação estética atinge a dignidade humana, interferindo no desempenho escolar e contribuindo para a evasão. Embora o arcabouço normativo brasileiro preveja

o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (Lei nº 10.639/2003), assim como a exibição de cinema nacional nas escolas (Lei nº 13.006/2014), a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta resistências.

Nesta direção, o projeto de extensão *“Diálogos de fé: conversas sobre intolerância e liberdade religiosa a partir do cinema negro brasileiro”* tem como proposta enfrentar as práticas de discriminação e racismo vigentes no ambiente escolar a partir do uso das produções audiovisuais do cinema negro brasileiro. Esta adoção alinha-se com a compreensão que as obras filmicas do cinema negro podem funcionar como ferramentas pedagógicas de caráter lúdico, sensível e ficcional. A exibição de narrativas construídas sob a perspectiva e autoria negra possibilita desconstruir visões estigmatizadas, visibilizar as epistemologias dos terreiros e promover a educação das relações étnico-raciais como prevê as diretrizes curriculares nacionais de educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2004).

Antes de prosseguir na discussão é relevante explicar o que tem sido considerado como cinema negro no contexto brasileiro. Pois bem, trata-se de uma expressão artística audiovisual que se caracteriza por contar histórias de vida de pessoas negras, a partir da autoria negra, sem os atravessamentos dos estereótipos, estigmas e preconceitos (FREITAS, 2018). Neste tipo de movimento artístico as pessoas negras vivenciam papéis diversos. Além disso, este movimento artístico também contribui para a valorização da memória, identidade cultural e das heranças africanas e afro-brasileiras. De acordo com Ventura; Borges e Sampaio (2020, p. 295), o Cinema Negro:

(...) a nosso ver, podem se constituir como marcas distintivas deste cinema, a saber: produção majoritariamente composta por pessoas negras, representatividade de corpos negros, protagonismo de atores e atrizes negros e negras, personagens negros e negras com subjetividade densa, e personagens com características não estereotipadas.

Abordadas as questões que permeiam a criação do projeto de extensão e a necessidade da execução dele no contexto escolar, seguiremos na apresentação outros marcadores relevantes para compreensão da ação de extensão. Desta forma, neste relatório procuramos sistematizar as etapas metodológicas executadas, os aportes teóricos-conceituais mobilizados e os impactos pedagógicos alcançados ao longo das

atividades extensionistas. Além disso, trazemos análise de reflexões registradas no caderno de campo e recorremos ao uso de fotografias para ilustrar alguns episódios experienciados no campo.

REVISÃO DA LITERATURA

Os referenciais teóricos a serem utilizados serão do campo da Antropologia Social, Cinema Negro e Educação das Relações Étnico-raciais. Os estudos destes campos auxiliam na compreensão de fenômenos sociais que vivemos no cotidiano da escola, bem como foram fundamentais para estruturar o projeto.

Kabengele Munanga (2020), explica que o projeto político de embranquecimento do Estado brasileiro buscou historicamente substituir e isolar a população negra, gerando estruturas de marginalização social e racial. No município Campos dos Goytacazes, conforme analisa Luciane Silva (2013), essas divisões raciais se mantiveram visíveis na organização dos espaços urbanos e nas relações de trabalho. No campo educacional, pesquisas conduzidas por Lima et al. (2015) e Lima e Souza (2023) confirmam que a escola pública figura como um dos principais palcos onde a discriminação e as ofensas contra estudantes e professores praticantes de religiões afro-brasileiras se manifestam. Em pesquisa de caráter mais abrangente Lima e Souza observam:

A maioria das ocorrências midiáticas apresentam dois atores preferenciais, o estudante e o professor ou a direção/a coordenação da instituição de ensino. Os papéis desempenhados por esses atores se revezam entre vítimas e acusados. As falas, no entanto, são protagonizadas por seus representantes. No caso dos estudantes, seus responsáveis assumem a fala diante da vulnerabilidade dos mais jovens. E no caso dos profissionais de educação, as falas se remetem às instituições educacionais e à administração pública, como membros superiores em hierarquia (LIMA; SOUZA, 2023, p. 9).

Para compreender as especificidades dessas agressões, adota-se o conceito formulado por Wanderson Flor do Nascimento (2017). O autor aponta a insuficiência da expressão "intolerância religiosa" para traduzir as violências cometidas contra povos e comunidades tradicionais de matriz africana, caracterizando tais atos como *racismo religioso*. O racismo religioso opera atacando não apenas a fé, mas todo o modo de vida, a cultura e a presença ontológica dos corpos negros. Complementarmente, Elisa

Larkin (1981) esclarece que o racismo não se limita ao preconceito epidérmico ou estético, tratando-se de um sistema abrangente voltado ao aniquilamento do ser cultural, espiritual e histórico afrodiaspórico. A rejeição ao fenótipo reflete o repúdio profundo à civilização e às formas de existência africanas.

A superação desse cenário requer o acolhimento das produções artísticas negras enquanto ferramentas pedagogicamente transformadoras. De acordo com Kênia Freitas (2018), o Cinema Negro se caracteriza por contar histórias sob o protagonismo e a autoria de pessoas negras, rompendo com estereótipos coloniais. Ventura, Borges e Sampaio (2020) destacam que essa linguagem se distingue pela densidade subjetiva das personagens e pela representatividade. Como afirma Celso Prudente (2014), o cinema negro exerce uma dimensão pedagógica ao resgatar a identidade cultural dos jovens afro-brasileiros e elevar sua autoestima, apresentando uma afirmação imagética na qual o indivíduo se reconhece positiva e dignamente.

O cinema negro mostra a dimensão da africanidade ontológica, na medida em que contribui para o resgate da identidade cultural de jovens afro-brasileiros, apontando para a elevação da sua autoestima, na medida em que o herói não é estranho à sua existência. Portanto, o cinema negro restabelece a luta afirmativa imagética, sugerindo a configuração de nuances que são projeções das lutas de classe (PRUDENTE, 2014, p. 420).

Além do cinema, o projeto apoia-se na valorização das epistemologias vivenciadas nos espaços comunitários. Conforme ensina Marta Ferreira (2015), os terreiros de matriz africana constituem verdadeiros territórios educativos, nos quais crianças e jovens aprendem, de modo lúdico e comunitário, oralidades, cânticos, códigos e visões de mundo ancestrais. Integrar esses referenciais ao ambiente escolar assegura o cumprimento do Parecer CNE/CP nº 3/2004 e da Lei nº 10.639/2003, promovendo o combate às variações do racismo em suas expressões estrutural (ALMEIDA, 2018), racismo recreativo (MOREIRA, 2019) e racismo estético (XAVIER, 2020). Neste caminho, no decorrer das ações do projeto sempre levamos para o espaço da Escola Municipal Wilmar Cava Barros, literaturas que apoiassem as discussões tratadas nas obras fílmicas, assim como sempre foi incentivado pela coordenadora do projeto que a bolsista e outros estudantes voluntários passassem a ler mais literaturas de atores negros e indígenas e que abarcassem as diretrizes curriculares nacionais de educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana conforme pode ser observado na foto abaixo:

Figura 1 – Revisão da literatura realizada pela equipe do projeto



Fonte: Acervo pessoal da coordenadora do projeto. Maio de 2026.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada pautou-se na pesquisa e curadoria de filmes pertencentes ao campo do Cinema Negro brasileiro, planejamento pedagógico e intervenção direta nas escolas públicas de ensino fundamental de Campos dos Goytacazes. O trabalho foi estruturado de forma sistemática ao longo dos encontros de orientação e das ações em campo.

A primeira etapa consistiu no estudo teórico-conceitual e na realização do diagnóstico das instituições escolares parceiras. Sob a orientação da coordenadora do projeto, realizaram-se diálogos semiestruturados e observação com gestores, professores e estudantes com o intuito de mapear as demandas e os pontos de conflito religioso e racial no cotidiano escolar. Em seguida, procedeu-se à pesquisa e curadoria das obras cinematográficas pertencentes ao movimento do Cinema Negro brasileiro. Foram selecionadas produções em curta-metragem adequadas à faixa etária e alinhadas aos objetivos da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Figura 2 – Reunião de planejamento da equipe no Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências Sociais (LAPECS/UFF).



Fonte: Acervo pessoal da docente Luane Bento. Maio de 2026

As intervenções nas escolas foram organizadas em formato itinerante. Cada sessão compreendeu a exibição de curta-metragens, seguida de rodas de conversa interativas. Para dinamizar as reflexões, foram desenvolvidas oficinas práticas abordando a valorização da estética negra, com dinâmicas sobre tranças afro, uso de espelhos e materiais didáticos, além de exposições do acervo literário infanto-juvenil e distribuição de zines educativos de autoria da bolsista. A avaliação e a coleta de dados basearam-se em registros em diários, relatórios, listas de frequência e documentação fotográfica das atividades, preservando a imagem dos alunos.

Figura 3 – Organização dos materiais pedagógicos



Fonte: Acervo pessoal da docente Luane Bento. Setembro 2025

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas geraram pelo projeto possibilitaram articular a exibição de filmes, o debate com os alunos e aplicação de ações voltada para as questões étnico raciais, durante o percurso, o cinema negro funcionou como estimulante de conversas, reflexões e atividades baseadas no que os próprios estudantes traziam de suas vidas e interesses. Entre os títulos exibidos, os apresentados na escola foram *Abebê* (2021), de Keila Serruya Sankofa, *Amor de Cabelo* (2019), de Matthew A. Cherry, e *Enraizadas* (2020), de Juliana Nascimento e Gabriele Roza. Essas obras permitiram mergulhar em temas como ancestralidade, identidade, autoestima, estética e a valorização do corpo negro. No catálogo do projeto que foi gerado a partir dessas experiências, constam ainda outras produções relevantes, como *A Boca do Mundo - Exu no Candomblé*, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez - *Feminismo Negro no Palco da História*, *Museus Negros: por outra Museologia e narrativa histórica negra em museus* e *Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogo em Branco e Preto*.

Figura 4 – Exibição de curtas-metragens do Cinema Negro e roda de conversa realizadas



Fonte: Acervo do Projeto

As rodas de conversa desencadeadas pelas sessões de cinema permitiram identificar de que forma o racismo religioso e o preconceito estético afetam o ambiente escolar. Estudantes compartilharam relatos usando vestimentas e fios de conta associados aos cultos de matriz africana, confirmando os diagnósticos apontados por Lima et al. (2015). Nesse sentido, o uso das narrativas cinematográficas negras atuou como estimulante para desconstruir falas preconceituosas. Os diálogos gerados ultrapassaram as telas e tornaram uma demanda que foi acolhida pelo projeto, os estudantes sugeriram que queria aprender a tranças e nesse momento também descobrimos que alunas da escola trançavam, todo esse engajamento se tornou em um planejamento coletivo e se foi transformando na oficina de trança. Uma trilha que se gerou dos curtas, partiu para o diálogo e nasceu como ação.

As oficinas de tranças e a exploração do acervo literário evidenciaram a importância de abordar a estética negra de modo afirmativo, a ação não estava engessada em apenas ensinar a técnica, mas usar o ato de trançar como uma ferramenta de identidade, pertencimento e valorização da cultura afro-brasileira. Na prática, os estudantes puderam manusear pentes, água e espelhos experimentando as técnicas enquanto trocamos experiências, assim como visto no curta *Abebê* (2021), de Keila Serruya Sankofa. Foi um momento de aprendizado coletivo, onde cada participante trazia seus próprios saberes e truques sobre como cuidar e organizar seus cabelos. Conforme defendido por Celso Prudente (2014) e Xavier (2020), a descolonização dos corpos negros e o fortalecimento da autoestima constituem etapas centrais do processo de reeducação das relações étnico-raciais. As produções pedagógicas, como as zines elaboradas, permitiram fixar os conteúdos trabalhados e estender o diálogo a outros agentes da comunidade escolar.

Esse momento permitiu que a conversa sobre o cabelo negro saísse de um lugar focado apenas no sofrimento do racismo para entrar em uma esfera de afirmação, cuidado, memória e orgulho estético. Além disso, a oficina reforçou o papel dos alunos como protagonistas do próprio aprendizado, capazes de propor caminhos para o projeto. Ficou claro que a atividade não nasceu pronta; ela ganhou vida a partir do que surgiu no calor das intervenções escolares.

Figura 5 – Realização da oficina prática de tranças afro e valorização da estética negra na escola parceira.



Fonte: Acervo do Projeto

Para além das oficinas, o projeto expandiu sua atuação por meio de diferentes materiais pedagógicos e de divulgação, os quais foram fundamentais para a sistematização de todo o nosso percurso. A exposição “Pessoas negras brasileiras que você precisa conhecer”, apresentada no espaço escolar que também deu nome ao catálogo, reuniu referências de personalidades negras e suas trajetórias, contribuindo para ampliar o contato dos estudantes com diferentes histórias, produções e experiências de pessoas negras. Nesse sentido, os banners são como recursos pedagógicos que contribuíram para inserir no cotidiano escolar referências negras relacionadas à história, à cultura, à resistência e à produção de conhecimento.

Figura 6 - Banners produzidos para a exposição “Pessoas negras brasileiras que você precisa conhecer”,





Fonte: Catálogo “Pessoas negras brasileiras que você precisa conhecer”,

A produção desses materiais também permitiu que as discussões desenvolvidas pelo projeto ocupassem fisicamente o espaço escolar, ampliando a circulação das temáticas trabalhadas para além do momento específico das oficinas. Dessa forma, os materiais produzidos passaram a integrar o próprio ambiente e a funcionar como suportes para novas possibilidades de diálogo.

Figura 7 - Capa do catálogo “Pessoas negras brasileiras que você precisa conhecer”,

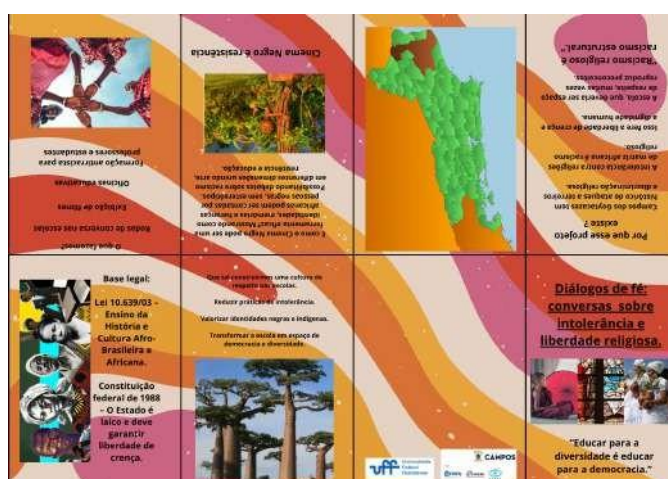


Fonte: Catálogo “Pessoas negras brasileiras que você precisa conhecer”,

Outro resultado importante desse processo foi a produção de um catálogo das ações realizadas. O material reúne registros das atividades, referências audiovisuais, registros fotográficos, informações sobre as personalidades abordadas e outras produções desenvolvidas no decorrer do projeto. Sua elaboração possibilitou sistematizar as experiências construídas coletivamente e preservar o percurso desenvolvido pela equipe junto aos estudantes, assegurando que o trabalho não se encerra na conclusão das atividades, permanecendo como consulta sobre o percurso coletivo que construímos junto aos estudantes., um importante registro da experiência extensionista, pois reúne diferentes frentes de atuação do projeto e contribui para a preservação e circulação da memória das ações realizadas

Além dos banners e do catálogo, foram produzidos materiais pedagógicos, como zines, que contribuíram para registrar e dar forma às discussões realizadas durante as atividades.

Figura 8: Zines elaboradas pela bolsista Helena Conceição e distribuídas ao corpo escolar



Fonte: Acervo pessoal da bolsista Helena Conceição. Setembro de 2025

Esse conjunto de produções como: banners, catálogo e zines, consolidou o material necessário para a nossa participação no CONFICT/Mais Ciência. Apresentando os resultados das nossas atividades, nesse evento foi possível compartilhar com o público as experiências vivenciadas no cotidiano escolar, a participação permitiu socializar o trajeto do diálogos de fé, afirmando as articulações entre cinema, educação e relações étnico-raciais e demonstrando, na prática, como demandas dos estudantes podem transformar o planejamento pedagógico.

Figura 9: – Apresentação do projeto Diálogos de Fé: conversas sobre intolerância e liberdade religiosa nas escolas a partir do cinema negro brasileiro - Confict



Fonte: Acervo do Projeto, Setembro de 2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto *Diálogos de Fé* demonstra a importância estratégica da extensão universitária na consolidação de uma educação antirracista, laica e plural no município de Campos dos Goytacazes. O combate ao racismo religioso exige intervenções pedagógicas contínuas que questionem o preconceito estrutural e ofereça novos referenciais positivos à comunidade escolar.

O Cinema Negro brasileiro prova ser uma ferramenta completa e sensível para desconstruir estigmas, possibilitando a promoção do reconhecimento das tradições afro-brasileiras e o respeito à liberdade religiosa, pois não se trata apenas da exibição de filmes, mas da condução de diálogos, dinâmicas e práticas oficinas que despertem o senso crítico e eduque para o exercício da cidadania no que se refere a direitos e deveres. A continuidade de ações dessa natureza fortalece a aplicação efetiva da Lei nº 10.639/2003 e contribui para a formação acadêmica, política e humana dos futuros profissionais das Ciências Sociais e da Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 3/2004: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

FLOR NASCIMENTO, Wanderson. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **Revista Eixo**, Brasília, DF, v. 6, n. 2, p. 51-56, 2017.

FREITAS, Kênia. Cinema Negro Brasileiro: uma potência de expansão infinita. In: SIQUEIRA, Ana et al. (org.). **Festival Internacional de Curtas de Belo Horizonte: catálogo**. Belo Horizonte: Fundação Clóvis Salgado, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LAGE, Lana; SILVA, Leonardo Vieira; NASCIMENTO, Diego Henrique; ALMEIDA, Yann; PAULA, Belmont. Projeto As Religiões Afro-brasileiras em Campos dos Goytacazes: preservar, dar visibilidade e combater a discriminação. **Revista de Extensão UENF**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p. 103-115, 2015.

LARKIN, Elisa. **Panafricanismo na América do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MAIA, Kênia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas; BAPTISTA, Rachel Fontes. Reflexões sobre o racismo em Campos dos Goytacazes: um olhar existencialista sobre a descolonização. **Revista de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 105-112, 2019.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PRUDENTE, Celso Luiz. A dimensão pedagógica da alegoria carnavalesca no cinema negro enquanto arte de afirmação ontológica da africanidade: pontos para um diálogo com Merleau-Ponty. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, p. 403-424, 2014.

ROCHA, Flávio. A perspectiva racial do racismo ambiental: uma análise do conceito no Brasil e a população sacrificada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, edição especial, p. 121-140, 2022.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SILVA, Luciane Soares da. “Por que seria eu?” O caso Cássio: racismo e discriminação em Campos dos Goytacazes. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, n. 1, p. 64-76, jul./dez. 2013.

SILVA, Maria Dolores de Lima; PINTO, Andréia Soares. Racismo religioso no ambiente escolar: ocorrências midiáticas e administração dos conflitos. In: **REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL**, XIV, 2023, Niterói. **Anais [...]**. Niterói, 2023.

SILVA, Marta Ferreira. Os cadernos diários nos cotidianos do Ilê Asé Omi Larè Ìyá Sagbá. **Revista História Hoje**, v. 4, n. 8, p. 348-365, 2015.

VENTURA, Hélio Lucio dos Reis; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de; BORGES, Roberto. Cinema Negro e educação antirracista: uma possibilidade de reeducação do olhar. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 1-15, jun./set. 2020.

XAVIER, João Paulo. **Racismo estético: descolonizando os corpos negros**. Minas Gerais: João Paulo Xavier, 2020.